

SINERGIA

REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS (ICEAC)

ANÁLISE DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ (1999-2016)¹

LAÍS VIERA TREVISAN^{***}
ALISON GEOVANI SCHWINGEL FRANCK^{****}
GIULIA XISTO DE OLIVEIRA^{*****}
RODRIGO ABBADE DA SILVA^{*****}
DANIEL ARRUDA CORONEL^{*****}

RESUMO

Este trabalho buscou analisar o padrão de especialização do comércio internacional do estado do Amapá, identificando os setores produtivos mais dinâmicos no período entre 1999 e 2016. Neste sentido, foram calculados os indicadores de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), de Comércio Intraindústria (CII), de Concentração Setorial das Exportações (ICS) e Taxa de Cobertura das Importações (TC), com os dados obtidos da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX. Os resultados são reflexos de um desenvolvimento econômico recente, que, até bem pouco tempo, esteve isolado economicamente. A madeira e os setores de minerais, não metais/metals preciosos foram os que obtiveram resultados do IVCRS relevantes, demonstrando que o estado possui uma pauta exportadora com vantagens comparativas tradicionais, baseada na exportação de produtos primários. Quanto aos resultados do CII, observa-se que o estado do Amapá ainda não se destacou no comércio intraindustrial. Além destes indicadores, o ICS revelou que a pauta exportadora do estado é concentrada, e ainda, a TC apontou que os setores de alimentos, fumo e bebidas, madeira, minerais e minerais não metais/metals preciosos foram os que tiveram suas importações cobertas pelas respectivas exportações.

Palavras-chave: Competitividade. Comércio Internacional. Vantagens Comparativas

ABSTRACT

This study aimed to analyze the specialization pattern of international trade in the state of Amapá, identifying the most dynamic productive sectors in the period between 1999 and 2016. In this sense, the Revealed Symmetric Comparative Advantage (RSCA) indicator was calculated, as well as the Intra-Industry Trade index (IIT), the Industry Concentration of Exports (ICS) and the Import Coverage Ratio (ICR), based on data obtained from the Foreign Trade Office (SECEX). The results reflect a recent economic development, which, until recently, was isolated. The sectors of wood and the non-metals/precious metals presented relevant results regarding the RSCA indicator, demonstrating that the state has an export basket with traditional comparative advantages based on the export of primary products. Regarding the results of the IIT index, it was observed that the state of Amapá has not yet stood out in intra-industry trade. In addition to these indicators, the ICS revealed that the state's export basket is concentrated, and the ICR highlighted that the sectors of food, tobacco and beverages, wood, minerals and non-metals/precious metals had their imports covered by the respective exports.

Keywords: Competitiveness; International Trade; Comparative Advantages

Recebido em: 20-12-2017 Aceito em: 16-05-2018

1 INTRODUÇÃO

A globalização financeira e produtiva tem impactado em uma busca crescente dos países e regiões por melhores condições econômicas e de bem-estar, fazendo com que a teoria do crescimento seja um grande campo de estudos na economia moderna, por meio dos esforços para descobrir os principais mecanismos geradores.

¹ Este trabalho teve o aporte financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo projeto visa identificar o padrão de especialização comercial dos vinte e seis estados da federação e mais o Distrito Federal.

^{***} Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assistente em Administração – UFSM. E-mail: laisvtrevisan@gmail.com

^{****} Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

^{*****} Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

^{*****} Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

^{*****} Professor Adjunto dos Programas de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP), do de Agronegócios e do Economia e Desenvolvimento (PPGE&D) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Diretor da Editora da UFSM.

A partir de 1980, acentua-se a discussão, por meio de dois grupos de estudo, sobre o impacto do comércio internacional nas economias regionais. O primeiro afirma que este será potencializado pela abertura comercial, provocando um aumento no tamanho dos mercados e permitindo que as economias aproveitem os benefícios potenciais dos retornos crescentes de escala e dos ganhos da especialização; já o segundo grupo argumenta que o comércio não desenvolve a renda *per capita* devido às distorções de troca ou pelas incapacidades das economias de incorporar novas tecnologias (ARRUDA *et al.*, 2013).

Segundo Lamonica e Feijó (2011), no caso do Brasil, nas últimas quatro décadas, a economia enfrentou transformações nas suas estruturas de produção por meio de um setor mais dinâmico, cuja pauta da exportação tem se intensificado. Porém, mesmo com essa trajetória de crescimento, observa-se que o País precisa avançar em vários aspectos, visando aumentar a sua competitividade.

Essa questão pode ser influenciada pelo fato de que as exportações, principalmente de produtos industrializados, desempenham um papel importante nas economias maduras, em longo prazo. A relevância das exportações está nos componentes do crescimento da demanda, o qual induz o crescimento do produto e, também, por ser fonte de divisas, impacta a capacidade de importação e alivia a restrição externa (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

Por isso, o Brasil, desde 1990, tem investido na abertura comercial por meio da diminuição das restrições e da redução das tarifas de importação, que, de acordo com Rossi Júnior e Ferreira (1999), gera especialização do País nos setores em que sua vantagem competitiva se sobressai através do aumento da produtividade, da permissão ao acesso à melhor qualidade nos produtos, entre outros fatores. Esse fator deve-se à liberalização econômica no cenário internacional e à estabilidade macroeconômica do Brasil, após a implementação do Plano Real.

Para Ilha, Dornelles e Wegner (2009), o comércio intraindustrial traz uma pauta exportadora, cuja estrutura produtiva é dinamizada através da tecnologia e da ampliação de mercados. Já no comércio interindustrial, ordenam-se os setores produtivos sob a concorrência e o uso da dotação fatorial. Por intermédio dessas trocas comerciais, pode-se indicar os ganhos de competitividade ou não do participante do comércio internacional.

A partir da relevância dessa temática, busca-se estudar o comportamento das exportações do estado do Amapá e como esse fator impacta na sua abertura comercial entre os anos de 1999 a 2016, tendo em vista a pertinência desse comércio nas estratégias de inserção internacional e os impactos na economia do país. Salienta-se, também, a importância de estudar esse estado devido a sua participação nos setores de produção e exportação de madeira, minerais e metais preciosos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), o Amapá faz parte da Região Norte do Brasil e possui uma área de 142.828,521km², e suas estimativas para 2017 são de 797.722 habitantes, distribuídos em 16 municípios. Em 2015, foram registradas 176 indústrias locais que ocupam 4.030 pessoas, sendo os setores de construção e de extração de minerais metálicos, os que mais se destacam.

A fim de analisar o padrão de especialização das transações, bem como identificar os produtos e setores mais dinâmicos e compreender a composição da pauta exportadora do estado, entre os anos de 1999 a 2016, foram utilizados os seguintes indicadores: indicador de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), Comércio Intraindústria (CII), Concentração Setorial das Exportações (ICS) e Taxa de Cobertura das Importações (TC)².

Alguns autores como Chahad, Comune e Haddad (2004), Barbosa, Morais e Barcellos Neto (2005) e Cavalcante, Oliveira e Maia (2017) contribuem para a literatura a respeito da estrutura econômica do estado do Amapá. O primeiro trabalho citado analisa a interdependência de todos os estados brasileiros associada à geração de emprego das pautas de exportação de cada estado, e, para isso, utilizou não só as variáveis insumos regionais e comércio inter-regional mas também medida de potencial de geração de emprego. No segundo trabalho, o objetivo foi determinar o grau de desigualdade e concentração das exportações dos estados brasileiros no ano de 2003, utilizando os índices de Gini, HHI e de Rosenbluth. Por sua vez, o estudo de Cavalcante, Oliveira e Maia (2017) teve como objetivo analisar a evolução do Grau de Abertura Econômica (GA) do Brasil, por regiões e estados, no período de 2007 a 2015. Para tal, foram utilizados os índices Grau de Abertura da Economia (GA), Esforço Exportador (EE) e Dependência das Importações (DI). Ainda que tais pesquisas contribuam para o escopo das exportações do Amapá, nenhuma teve o estado como enfoque predominante. Portanto, o presente trabalho distingue-se dos demais por trazer o estado como problemática principal, além de utilizar índices que revelam perspectivas do estado antes não observadas, como a Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), o Comércio Intraindústria (CII), a

² Tais indicadores foram escolhidos por sua recorrência na literatura econômica empírica sobre competitividade de exportações. Existem inúmeros outros indicadores alternativos, como o de Ganhos e Perdas de Competitividade (G&P) (BATISTA, 2002); Índice de Torstensson (DÍAZ MORA, 2001); Índice das Mudanças Estruturais Vantajosas (IMEV) (BENDER; LI, 2002); Índice de Intensidade Importadora (IIM) (ESCRIBANO FRANCÉS, 2000); Índice de termos de troca fatorial (TTF) (LOBEJÓN HERRERO, 2001); Coeficiente de absorção das importações (CAM) (OLIVEIRA, 2003); entre outros.

Concentração Setorial das Exportações (ICS) e a Taxa de Cobertura das Importações (TC).

Assim, este artigo se estrutura em mais quatro sessões, além desta introdução. Na segunda, busca-se contextualizar as exportações no estado do Amapá; na terceira, está detalhado o método de pesquisa utilizado; na quarta seção, apresentam-se os resultados e discussões e, por fim, na quinta, encontram-se as conclusões deste trabalho.

2 A ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DO AMAPÁ

Silva e Porto (2006) afirmam que as primeiras exportações no Amapá iniciaram na década de 1950, com a empresa Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI S/A), tendo o objetivo de explorar as reservas de manganês existentes na mina localizada no atual Município de Serra do Navio (AP). Após isso, diversas outras empresas começaram a explorar eucalipto, cromita, ouro, camarões, entre outros produtos.

Nos anos seguintes, pode-se observar um crescimento no setor da agricultura, principalmente no segmento extrativista, pois, após o fim da 2ª Guerra Mundial, o setor passou por uma reestruturação, o que fez com que melhorasse o sistema de produção. O produto industrial também passou a crescer e iniciaram-se construções de obras de infraestrutura, principalmente viária, ligando a Região Norte às demais regiões do País. Através desses setores, de 1970 a 1980, a Região Norte cresceu 6,3% ao ano, em média, já o Brasil, 1,9%. Nos demais anos, até 1994, o PIB da região norte foi pautado, sobretudo, pelo setor de serviços (GOMES; VERGOLINO, 1997).

A Figura 1 apresenta as exportações por fator agregado no Amapá entre os anos 1999 e 2016.

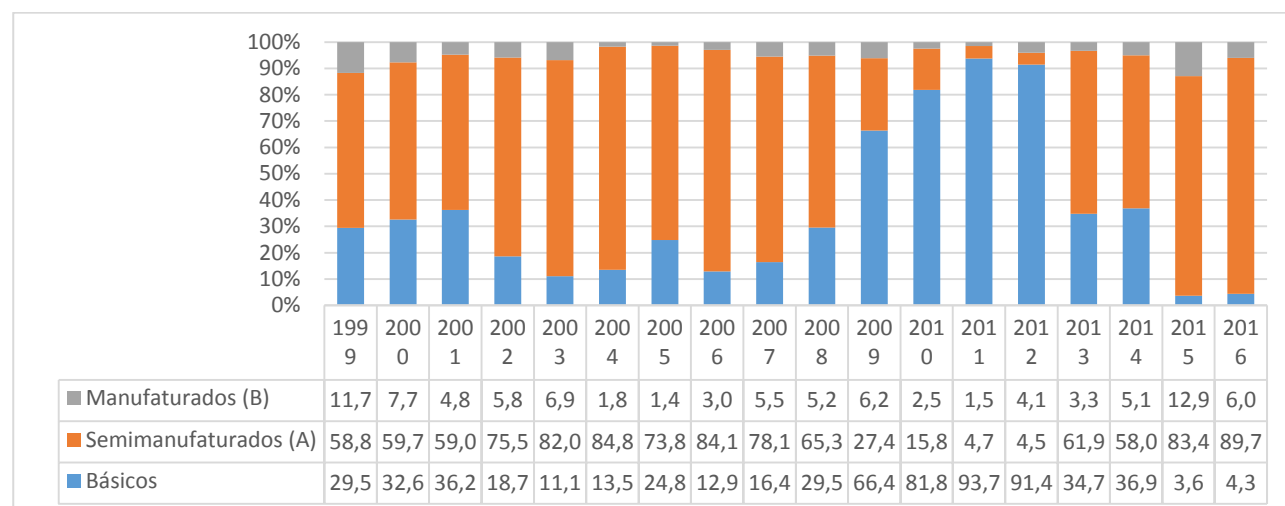


FIGURA 1 – Exportações (X) do Amapá, segundo fator agregado (em milhões US\$ FOB)
 FONTE: Elaboração própria a partir dos dados MDIC/SECEX (2017b).

De 1999 a 2008, o Amapá manteve razoável constância na proporção de produtos semimanufaturados exportados; entre 2009 e 2012, observa-se uma queda, porém, em 2013, esses produtos voltaram a liderar, e, em 2016, alcançaram o ápice de 89,7% das exportações do estado. Observa-se, também, que, em 2011, os produtos básicos obtiveram 93,7% das exportações do estado, entretanto reduziram, consideravelmente, nos seguintes anos.

Já os produtos manufaturados se mantêm ao longo dos anos com um nível baixo de participação; em 2015, apresentaram um leve crescimento, com 12,9% de participação. Sendo assim, as exportações do Amapá se concentram basicamente em produtos semimanufaturados, exceto nos anos de 2009 a 2012, período no qual os produtos básicos foram os mais exportados.

A Figura 2 mostra as importações por fator agregado no Amapá entre os anos 1999 e 2016.

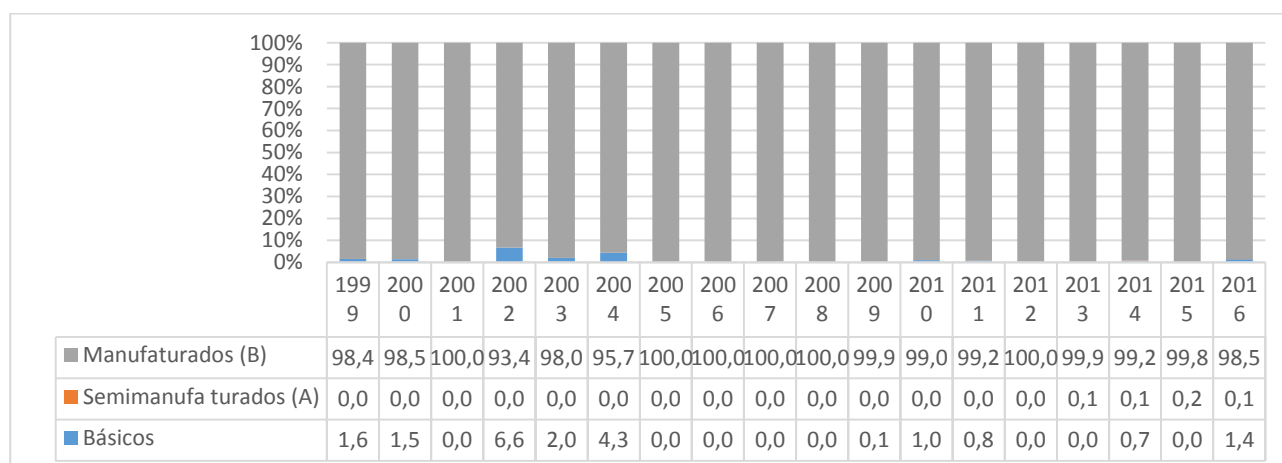


FIGURA 2 – Importações (M) do Amapá segundo fator agregado (em milhões US\$ FOB)

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados MDIC/SECEX (2017b)

A partir da Figura 2, é possível observar que praticamente 100% das importações do Amapá são de produtos manufaturados. Somente no ano de 2006 os produtos básicos apresentaram participação significativa (6,6%).

As principais empresas importadoras do Amapá surgiram após o ano de 1992, quando foi implantada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS)³. Esse fator influenciou na abertura de diversas oportunidades de negócios para a economia do estado, pois trouxe algumas vantagens, tal como a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nos anos após a essa implementação, a Região Norte obteve os maiores índices de importações já alcançados, porém, com a justificativa de minimizar o déficit na balança comercial nacional, em 1995, o governo passou a limitar a entrada de mercadorias importadas (SILVA; PORTO, 2006).

Embora o Amapá seja considerado um pequeno estado e com poucas indústrias, Negrão e Souza (2009) afirmam que o estado tem avançado em pesquisas científicas e tecnológicas, contando com um programa de incubação, criado em 1997, que visa potencializar e fortalecer as empresas existentes e atuantes no estado, desenvolvendo cadeias produtivas regionais capazes de competir e serem sustentáveis. A incubação fica responsável por oferecer condições necessárias ao desenvolvimento das empresas, além de ter um ambiente provido de capacitação, gerência, infraestrutura e administração.

Diante da relevância das exportações para o crescimento e desenvolvimento do estado, na Tabela 1 são analisados os principais destinos das exportações entre 1999 e 2016.

TABELA 1 – Destino das exportações e sua participação no total exportado pelo Amapá –1999 e 2016

Posição	Países de destino	Exp. em 2016 (milhões US\$ FOB)	Part. % em 2016	Posição	Países de destino	Exp. em 1999 (milhões US\$ FOB)	Part. % em 1999
1º	Reino Unido	84,7	32,1	1º	Japão	14,5	32,2
2º	Estados Unidos	50,7	19,2	2º	Noruega	9,4	20,9
3º	Japão	26,8	10,2	3º	Suécia	8,1	17,9
13º	Noruega	0,4	0,1	5º	Estados Unidos	2,2	5,0
<30º	Suécia	0,0	0,0	<30º	Reino Unido	0,0	0,0
	Demais Países	101,5	38,4		Demais Países	10,8	24,0
	Total	264,1	100,0		Total	45,0	100,0

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados MDIC/SECEX (2017b)

De 1999 a 2016, ocorreram não só algumas mudanças nos quatro principais destinos bem como a diversificação na pauta de exportação. Dos quatro principais destinos das exportações do Amapá, em 1999, tem-se o Japão, que ocupava o 1º lugar no *ranking* dos destinos com 32,2% de participação, porém, em 2016, passou para 3º lugar, com 26,8%; a Noruega, que ocupava o 2º lugar em 1999, com 9,4% de participação, em 2016, passou para 13º lugar, com 0,4%; a Suécia, que estava em 3º em 1999, com 8,1% das exportações do estado, em 2016, ocupou posição para além do 30º lugar. Os Estados Unidos, que

³ Segundo a Lei Nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, artigo 11: “É criada, nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, Área de Livre Comércio de Importação e Exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana”.

ocupavam o 5º lugar em 1999, com 2,2% de participação, passaram para o 2º lugar em 2016, com 19,2%. Já o Reino Unido, que em 1999 não fazia parte do *ranking* dos principais destinos, em 2016, ocupou o 1º lugar, com 32,1% das exportações do Amapá.

A Tabela 2 apresenta a estrutura das exportações do Amapá segundo grupos de produtos/setores. Os três setores que apresentaram maior média de participação percentual nas exportações totais do Amapá em 1999 foram madeira (58,8%), minerais (29,5%) e alimentos/fumo/bebidas (11,7%). Já em 2016, foram minerais não metais e metais preciosos (70,7%), madeira (19,2%) e alimentos/fumo/bebidas (9,9%). As maiores taxas de crescimento das exportações⁴ foram nos setores de minerais não metais e metais preciosos (186570945900,0%), calçados/couro (741021900,0%), alimentos/fumo/bebida (397,0%) e madeira (90,9%). Contudo, há diversos setores com decréscimo de 100%, como é o caso dos metais comuns, máquinas/equipamentos, material de transporte, ótica/instrumentos e entre outros.

De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC (2017a), em 2016, o Amapá alcançou US\$ 264,08 milhões de exportações, sendo 68% em ouro, em formas semimanufaturadas, para uso não monetário; 19% em madeira em estilhas ou em partículas; 4% em soja triturada, entre outros produtos. Alguns dos destinos que mais importam esses produtos são, em ordem de importância, Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Canadá e França.

TABELA 2 – Estrutura das exportações do Amapá segundo grupos de produtos/setores em (%)

Setores/periodos	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Taxa de cresc. 1999 a 2016
Alimentos/fumo/bebidas	11,7	7,7	4,2	5,5	6,7	1,6	1,2	3,0	6,2	5,1	5,8	2,3	1,5	4,0	3,3	5,6	15,4	9,9	397,0
Minerais	29,5	32,6	36,2	18,7	1,6	8,0	23,0	9,9	15,5	29,5	66,4	81,7	93,7	91,3	34,7	36,2	0,7	0,0	-99,8
Químicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Plástico/borracha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Calçados/couro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3	0,3	741021900,0
Madeira	58,8	59,7	59,5	75,7	91,6	90,3	54,4	35,4	30,7	27,0	14,3	14,0	4,8	4,6	11,3	14,8	23,7	19,2	90,9
Papel	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Têxtil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Min. N.-met/met. Preciosos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,4	51,7	47,6	38,4	13,3	0,4	0,0	0,0	50,7	43,5	59,8	70,7	186570945900,0
Metais comuns	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Máquinas/equipamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Material transporte	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Ótica/instrumentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	486,4

3 METODOLOGIA

3.1 Indicadores de competitividade

Nesta seção, emboçam-se os quatro indicadores utilizados para o desenvolvimento deste estudo: vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), Comércio Intraindústria (CII), Concentração Setorial das Exportações (ICS) e Taxa de Cobertura das Importações (TC), a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, os quais objetivam demonstrar os setores do Amapá, com vantagens comparativas no comércio exterior, ou seja, os setores mais especializados no comércio internacional do estado do Amapá.

O primeiro deles consiste no indicador de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS) de Laursen (1998), formalmente definido pela Expressão (1). De acordo com Silva e Montalván (2008), o índice de VCR é uma medida revelada, tendo seu cálculo baseado em dados observados após a realização do comércio, servindo para descrever os padrões de comércio de uma determinada economia, e, assim, o índice calcula a participação das exportações de um dado produto de uma economia em relação às exportações de uma zona de referência desse mesmo produto e compara esse quociente com a participação das exportações totais dessa economia em relação às exportações totais da zona de referência.

⁴ As taxas de crescimento de exportações são calculadas tomando como base o crescimento que as exportações tiveram do primeiro ano da pesquisa (1999) para o último ano da pesquisa (2016), sendo, assim, considerada uma análise horizontal de extremos (toma como base o primeiro ano e analisa o último ano em relação a esse). A fórmula da taxa de crescimento é igual a $TC = ((\text{valor do último ano de exportação do setor} / \text{valor do primeiro ano de exportação do setor}) - 1) \times 100$.

$$ICVRS_{ik} = \frac{\frac{X_{ij}/X_{iz}}{X_j/X_z} - 1}{\frac{X_{ij}/X_{iz}}{X_j/X_z}} + 1 \quad (1)$$

Em que:

- X_{ij} representa valor das exportações do setor i pelo Estado j (AP);
- X_{iz} representa o valor das exportações do setor i da zona de referência z (Brasil);
- X_j representa valor total das exportações do estado j (AP); e,
- X_z representa valor total das exportações da zona de referência z (Brasil).

Assim, quando uma região vende um grande volume de um determinado produto em relação ao total que é vendido desse mesmo produto pelo país, tal região possuirá vantagem comparativa na produção desse bem (HIDALGO, 1998). A expansão do comércio, quando em processo de integração econômica, acontece por meio deste tipo de integração. Desse modo, o conhecimento da dinâmica desse comércio é importante na formulação de estratégias de inserção internacional para uma economia (HIDALGO; DA MATA, 2004).

O segundo é o Índice de Comércio Intraindústria (CII), o qual visa caracterizar o comércio do estado do Amapá. Este índice consiste na utilização da exportação e importação simultânea de produtos do mesmo setor. Com o avanço e difusão dos processos tecnológicos entre os países, muda-se a configuração do comércio internacional e o peso das vantagens comparativas (abundância de recursos). O indicador setorial do comércio intraindustrial (CII) foi desenvolvido por Grubel e Lloyd (1975) e pode ser apresentado conforme a Equação 2:

$$CII = 1 - \frac{\sum_i |X_i - M_i|}{\sum_i (X_i + M_i)} \quad (2)$$

Em que:

- X_i representa as exportações do produto i;
- M_i representa as importações do produto i.

Quando o indicador CII se aproximar de zero, pode-se concluir que há comércio interindustrial, neste caso, o comércio é explicado pelas vantagens comparativas, ou seja, observa-se a presença de comércio entre produtos de diferentes setores do Amapá com os países parceiros. Esse evento pode ser observado ao constatar ocorrência de apenas importação ou apenas exportação do setor i (ou produto i). Por outro lado, quando CII for maior que 0,5 (CII > 0,5), o comércio é caracterizado como sendo intraindustrial.

O padrão de comércio intraindustrial é fruto de uma estrutura produtiva dinamizada, vinculada a um progresso tecnológico, cuja participação de mercado busca a sua ampliação - ganhos em economia de escala. Por sua vez, quando o comércio é descrito como interindustrial, pode-se dizer que isso reflete um ordenamento de setores produtivos, com uso de dotação de fatores sob concorrência perfeita. A caracterização intraindustrial/interindustrial indica se determinado participante (no caso, setor), no comércio internacional, alcançou ganhos de competitividade.

Ressalta-se que, em meio à profusão de conceitos que foram dados a esse termo, entende-se, neste artigo, diante dos alcances e das limitações dos índices utilizados, que alcançar competitividade internacional significa atingir os maiores níveis de vantagem comparativa revelada e o padrão de inserção intraindustrial (TREVISAN *et al.*, 2017)

O terceiro indicador é o Índice de Concentração Setorial das Exportações (ICS), também conhecido como coeficiente *Gini-Hirschman*, o qual quantifica a concentração das exportações de cada setor exportador i, realizadas pelo estado j (Amapá). O ICS é representado através da Equação 3:

$$ICS_{ij} = \sqrt{\sum_i \left(\frac{X_{ij}}{X_j}\right)^2} \quad (3)$$

Em que:

X_{ij} representa as exportações do setor i pelo estado j (AP); e,
 X_j representa as exportações totais do estado j (AP).

O ICS varia entre 0 e 1, e, quanto mais próximo a 1, mais concentradas serão as exportações em poucos setores e, por outro lado, quanto mais próximo de 0, mais diversificada será a composição da pauta de exportações (PAGANINI; FRAGA, 2014).

O quarto indicador é a Taxa de Cobertura das importações (TC) de Gutman e Miotti (1996), a qual indica quantas vezes o volume das exportações do setor i está cobrindo seu volume de importação. O índice é obtido através da seguinte Equação 4:

$$TC_{ij} = \frac{X_{ij}/M_{ij}}{X_i/M_i} \quad (4)$$

Em que:

X_{ij} representa as exportações do setor i do Estado j (AP);
 M_{ij} representa as importações do setor i do Estado j (AP);
 X_i representa as exportações do produto i ; e,
 M_i representa as importações do produto i .

Segundo Xavier e Silva (2007), quando a TC_{ij} é maior que a unidade, identifica-se uma vantagem comparativa em termos de cobertura das importações, ou seja, as exportações do setor i do Estado j teriam uma dimensão maior, quando comparadas às importações do mesmo setor.

3.2 Fonte de dados

Para alcançar o objetivo de explanar o padrão comercial da Amapá, no período 1999 a 2016, e apresentar os setores com maior competitividade do estado, ou seja, aqueles que apresentam maior especialização, foram utilizados indicadores baseados nos fluxos comerciais. O banco de dados para o cálculo destes indicadores encontra-se na Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil (MDIC, 2017b), acessível por meio do Sistema de Análise de Informações do Comércio Exterior (Aliceweb2)¹.

Os dados relativos às importações e às exportações desagregadas por setores seguem o padrão da literatura empírica da área, como apresentam Feistel (2008) e Maia (2005). Tais autores estabelecem capítulos, divididos em setores produtivos, e, desse modo, cada capítulo corresponde a um agrupamento de produtos. Assim, obtêm-se os valores das importações e exportações, agregando-os no padrão já utilizado por tais autores.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica – IVCRS

A Tabela 3 apresenta a evolução do índice de Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas, do Amapá, entre 1999 a 2016. Dos 14 setores analisados, apenas no setor “madeira” (IVCRS médio de 0,87), o estado do Amapá apresentou vantagens comparativas (IVCRS>0) em todos os anos da série histórica. Além do setor de madeira, outros dois setores merecem destaque: o setor de minerais, cuja média de indicador foi de 0,11, apresentou IVCRS positivo na maioria dos anos da pesquisa; e o setor de minerais não metais e metais preciosos, mesmo com média inferior a 1 (IVCRS = -0,04), apresentou IVCRS positivo, entre 2005 e 2009, e veio apresentando IVCRS positivo, novamente, nos últimos 4 anos da pesquisa (entre 2013 e 2016).

¹ O Sistema Aliceweb2 está disponível no site <http://alicesweb2.mdic.gov.br> (ALICEWEB, 2017).

TABELA 3 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica para o Amapá

Grupos de Produtos/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alimentos/fumo/bebidas	-0,43	-0,52	-0,74	-0,68	-0,63	-0,90	-0,91	-0,80	-0,64	-0,71	-0,72	-0,86	-0,91	-0,79	-0,83	-0,74	-0,43	-0,59
Minerais	0,59	0,60	0,58	0,27	-0,74	-0,14	0,26	-0,22	-0,03	0,20	0,55	0,52	0,53	0,56	0,21	0,23	-0,92	-1,00
Químicos	-1,00	-1,00	-0,98	-1,00	-0,98	-0,99	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Plástico/borracha	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Calçados/couro	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,97	-0,95	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,93	-1,00	-1,00	-0,74	-0,73
Madeira	0,90	0,91	0,92	0,92	0,94	0,93	0,91	0,88	0,87	0,90	0,85	0,87	0,73	0,71	0,86	0,87	0,90	0,87
Papel	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,96	-0,43	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Têxtil	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Min. N.-met/met. Preciosos	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	0,82	0,92	0,91	0,91	0,73	-0,65	-0,99	-0,99	0,92	0,91	0,92	0,92
Metais comuns	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-1,00
Máquinas/equipamentos	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-0,98	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Material transporte	-1,00	-1,00	-0,99	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Ótica/instrumentos	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,98	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
Outros	-1,00	-1,00	-1,00	-0,77	-1,00	-0,97	-1,00	-0,98	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados MDIC/SECEX (2017b)

De acordo com Silva e Porto (2006), no estado do Amapá, de um modo geral, o que começou como um encontro de negócios entre empresas da Guiana, que queriam explorar as vantagens fronteiriças, converteu-se em uma Rodada de Negócios que, ano por ano, reuniu empresas de diferentes países e continentes - que se especializaram nos setores de madeiras e móveis, utilizando-os estrategicamente para viabilizar a ampliação das relações comerciais internacionais do estado do Amapá. Dessa maneira, as relações comerciais do estado foram estimuladas. O estado do Amapá faz parte da chamada “Amazônia legal”, que engloba a região da floresta Amazônica, a partir de uma perspectiva com fins administrativos e de planejamento econômico.

Quanto ao setor de minerais, Amorim e Marques (2016) dão destaque ao manganês dentro da pauta exportadora do estado do Amapá. Para os autores, o Amapá ainda não conseguiu quebrar o padrão de dependência historicamente imposto à Região Norte do país. Isso tem se reforçado por todas as transformações que a região sofreu e sofre, fazendo com que permaneça como uma economia primário-exportadora. Os autores afirmam que, se de toda a riqueza produzida pela extração mineral, parte importante fosse revertida para o desenvolvimento da região no âmbito social, muito dos danos ambientais e sociais deixados pelos empreendimentos de extração seriam minimizados. Porém, a produção (mineral) está principalmente voltada para geração de lucro e para os interesses das multinacionais monopolistas.

Em relação às exportações do setor de minerais não metais e metais preciosos e seu recente quadro quanto ao IVCRS, o Portal Brasileiro de Comércio Exterior (COMEX, 2017) aponta que o ouro amapaense é um produto destaque das exportações. De acordo com dados da COMEX (2017), em 2016, o Amapá ocupou o vigésimo primeiro lugar no ranking dos estados exportadores. E a pauta exportadora do estado foi liderada pelo ouro em forma semimanufaturada, gerou uma receita no total de US\$ 179 milhões e foi responsável por 68% de todo o volume exportado pelo Amapá.

Diante destas análises, é possível compreender, sob a ótica das vantagens comparativas, que o Amapá possui poucos setores que apresentam vantagens comparativas. Isso pode indicar que o estado é vulnerável às oscilações de variáveis externas (mudança de preços internacionais, crises etc) e internas (estiagens etc). Os resultados vão ao encontro de Silva e Cunha (2016), que apontam que o processo de dinamização econômica regional do Amapá teve seus primeiros impulsos nas atividades extrativistas de larga escala realizadas no final do século XIX e no início do século XX. Estas atividades estavam relacionadas principalmente às cadeias extrativistas florestais e minerais - ainda hoje responsáveis pela quase totalidade do que é exportado pelo estado. De acordo com os autores, a expansão destas atividades esteve atrelada ao desenvolvimento tardio dos sistemas viários (aquaviário, rodoviário e ferroviário), o que acabou restringindo a expansão de exportações do estado por longo período.

4.2 Índice de comércio intraindústria – CII

Na Tabela 4, apresentam-se os resultados do CII, os quais representam o padrão comercial dentro de um mesmo setor. Dos 14 setores analisados, em nenhum, o Amapá indicou haver comércio intraindústria ao longo de todo o período analisado. Dessa forma, não há predominância do CII em nenhum setor, o que indica que este tipo de relação comercial ainda não é explorado de maneira plena pelo estado do Amapá, o que pode ser considerado uma das fraquezas da estrutura de comércio do mercado amapaense.

TABELA 4 – Índice de comércio intraindústria individual para o Amapá

Grupos de Produtos\Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alimentos/fumo/bebidas	0,02	0,22	0,24	0,23	0,06	0,33	0,16	0,01	0,05	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,01	0,02	0,02	0,08
Minerais	0,85	0,74	0,65	0,79	0,48	0,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,22
Químicos	0,00	0,00	0,02	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plástico/borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Calçados/couro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,00	0,00	0,72	0,62
Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Papel	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,67	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Têxtil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Min. N.-met/met. Preciosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,02	0,03	0,06	0,98	0,03	0,04	0,02	0,02	0,01	0,00
Metais comuns	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00
Máquinas/equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material transporte	0,00	0,00	0,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ótica/instrumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,06	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados MDIC/SECEX (2017b)

Quanto à análise dos setores agregados no CII, os resultados indicaram comércio interindústria para o Amapá, variando em torno de 8%, entre 1999 e 2016. Ou seja, em média, o Amapá apresenta especialização nos setores com vantagens comparativas como no de madeira, minerais e minerais não metais/metais preciosos, conforme a Tabela 5. O padrão de comércio interindustrial se deve ao fato de que os produtos exportados pelo estado diferem dos importados, refletindo uma pauta exportadora baseada em vantagens comparativas. De acordo com o MDIC (2017c), 60% das exportações acumuladas até novembro do ano de 2017 foram de ouro e derivados; 20% de madeira, e 8,4% de soja e derivados; enquanto as importações apresentavam um acumulado de 26% para o setor de naftas, 20% para demais produtos manufaturados, 9,8% para embarcações (iates, barcos, canoas, entre outros) e 9,5% de hidróxido de sódio. Isso aponta que as exportações e importações do estado do Amapá são completamente discrepantes - produtos muito diferentes entre si.

TABELA 5 – Índice de comércio intraindústria – CII agregado para o Amapá

Ano	CII	Ano	CII
1999	0,29	2008	0,01
2000	0,38	2009	0,01
2001	0,27	2010	0,01
2002	0,26	2011	0,00
2003	0,01	2012	0,00
2004	0,05	2013	0,01
2005	0,01	2014	0,01
2006	0,00	2015	0,01
2007	0,01	2016	0,01

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados MDIC/SECEX (2017b)

Em relação à ausência de comércio intraindustrial, apontada, tanto na análise desagregada de setores quanto na agregada, conjectura-se que o estado do Amapá ainda não teve significativo impacto na integração regional por meio do aproveitamento do comércio intraindustrial.

4.3 Índice de concentração setorial das exportações – ICS

A implantação de empresas com participação do capital internacional no Amapá foi favorecida pelo isolamento do estado, facilitando a criação de mecanismos que permitissem uma relação mais próxima entre a ação do capital internacional e a economia local (PORTO, 2002). Perante isso, vale averiguar se a integração do estado com outros países fez com que as exportações fossem diversificadas, ou se o estado tem uma pauta exportadora concentrada.

Diante desse “novo” quadro, torna-se pertinente verificar o grau de concentração das exportações do estado. A Tabela 6 apresenta o grau de concentração das exportações – ICS do Amapá.

TABELA 6 – Índice de concentração setorial das exportações para o Amapá

Ano	ICS	Ano	ICS
1999	0,67	2008	0,56
2000	0,68	2009	0,69
2001	0,70	2010	0,83
2002	0,78	2011	0,94
2003	0,92	2012	0,92
2004	0,91	2013	0,63
2005	0,63	2014	0,59
2006	0,63	2015	0,66
2007	0,59	2016	0,74

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados MDIC/SECEX (2017b)

Como pode ser observado, o Amapá apresenta uma pauta de exportações concentrada em poucos setores, haja vista que a média do indicador no período analisado foi de 0,73, oscilando entre 0,56 e 0,94. Esse resultado é reflexo das vantagens comparativas do estado, pois, de acordo com os resultados alcançados pelo IVCRS, 21,43% dos setores apresentaram vantagem comparativa; o CII indica que 100% dos setores apresentam comércio baseado em vantagens comparativas - o padrão comercial do estado é todo alicerçado naqueles produtos com vantagens comparativas.

De acordo com a SECEX (2017), ao longo do período, os setores que aumentaram as exportações foram os de minerais não metais/metais comuns, calçados e couro, alimentos, fumo e bebidas e madeira. Ainda nesta perspectiva, a Tabela 2 (a qual contempla a análise horizontal), ou seja, os setores que mais cresceram as exportações foram aqueles em que o IVCRS indicou vantagem comparativa - exceto para os setores de calçados e couro e alimentos, fumo e bebidas -, o que corrobora com a tendência de concentração das exportações do estado do Amapá, também indicada pelo ICS.

4.4 Taxa de cobertura das importações – TC

Entre os setores mais relevantes na pauta exportadora amapaense, os que apresentaram maiores taxas de cobertura ou maior vantagem comparativa relativa às respectivas importações ao longo da série, foram os setores de alimentos, fumo e bebidas (média de TC de 3981065) e de madeira (média de TC de 2560049) e apresentaram cobertura de suas importações ao longo de todo o período da pesquisa. Ainda merecem destaque os setores de minerais e minerais não metais e metais preciosos, cujas médias das taxas de cobertura foram, respectivamente, 3407,40 e 18,64, conforme a Tabela 7. O setor de minerais não apresentou taxa de cobertura de suas exportações apenas entre os anos de 1999 e 2003 e no ano de 2016. Já o setor de minerais não metais e metais preciosos não apresentou taxa de cobertura de suas exportações entre 1999 e 2004 e entre 2010 e 2012.

TABELA 7 – Taxa de cobertura do comércio do Amapá– 1999 – 2016

Grupos de Produtos\Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alimentos/fumo/ Bebidas	42,17	6,36	2,69	3,82	8,17	3,05	2,50	17,81	15,06	22573795,55	88,00	6,85	15983,90	49069071,18	59,83	26,07	26,71	2,23
Minerais	0,67	0,46	0,76	0,33	0,81	1,41	1619,57	2779,06	2946,17	5611,94	11641,00	122,33	123,99	347,01	35692,03	50,26	395,34	0,01
Químicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plástico/borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Calçados/couro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,12	0,20
Madeira	1471,30	2518,91	2228,49	2288,34	1274,41	9041,00	5001,28	3667,53	2987,22	4220,82	412,38	642,04	149,70	293,50	723,42	471,32	527,06	46042971,30
Papel	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,43	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Têxtil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Min. N.-met/met. Preciosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,83	19,71	52,98	15,28	6,60	0,13	0,00	0,01	26,05	26,39	38,48	128,06
Metais comuns	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
Máquinas/ Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material transporte	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ótica/instrumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados MDIC/SECEX (2017b)

O setor que apresentou a maior taxa de cobertura para o estado do Amapá foi o de alimentos, fumo e bebidas. As exportações deste setor podem estar associadas ao fato de que, conforme Superti e Silva (2015), no Amapá, a perspectiva de integração com o Escudo das Guianas tem acentuado nova dinâmica econômica com o acirramento do mercado de terras; abertura de áreas com cultivos agrícolas para exportação, como é o caso da soja, que já começa a ser cultivada no Estado, e novo ritmo das relações

comerciais com os mercados internacionais, com destaque para produtos como o arroz, com tradição histórica nas exportações do Amapá, entre outros. Outro produto de destaque nas exportações do estado, de acordo com os autores, é o açaí.

Com a segunda maior média da taxa de cobertura, o setor de madeira também apresentou indicador maior que um em todos os anos para o estado do Amapá. Viana *et al.* (2014) reconhecem que, no estado, grande parte da madeira comercializada provém de forma ilegal. Segundo os autores, o Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF, 2017), importante órgão fiscalizador amapaense, ao incentivar a exploração legal em áreas florestais pequenas, médias e grandes por cooperativas locais e pelo setor privado, por meio de concessões florestais, promove a diminuição da extração ilegal de madeira. Os autores ainda afirmam que a área de floresta plantada no estado do Amapá, em 2012, foi de 49.951 hectares, colocando o estado como o 14º estado brasileiro em termos de área de plantações florestais. As florestas plantadas geraram 1.762.169 m³ de madeira em tora em 2012, 531.491 m³ de madeira em tora e 320.862 m³ de lenha foram legalmente retiradas de florestas nativas em 2012 (IBGE, 2013b). Deste modo, a participação de madeira e produtos de madeira nas exportações do Amapá foi de 4,5% em 2012 e subiu para 11,2% em 2013.

Por sua vez, em relação ao setor de minerais, Silva e Gouvêa (2012) destacam que, em relação à exportação de minérios, o estado mudou sua pauta de exportações a partir de 2005. De acordo com os autores, no estado do Amapá, no período de 2001 a 2005, o destaque da pauta era o da exportação de cavacos de madeira pela empresa AMCEL, com média aproximada de 75% do total estadual, atingindo o pico de 91% em 2002, contra 18% de minérios. Num segundo período, entre 2006 e 2012, fruto da inserção de duas empresas exploradoras de minérios, ANGLO Ferrous e UNAMGEM, o grupo de minérios, com destaque para ferro e cromo, manteve-se na base das exportações do estado do Amapá (cerca de 55%, com pico de 94%).

Por último, em relação ao setor de minerais não metais e metais preciosos, pode-se atribuir o desempenho do setor para este indicador graças às exportações de ouro do estado. De acordo com Wanderley (2015), mesmo com a presença de poucas mineradoras de grande porte, a Amazônia brasileira (que engloba o estado do Amapá) vem retomando sua importância no cenário nacional da mineração de ouro, agora mais centrada na exploração industrial. Ainda de acordo com o autor, com o *boom* no preço da commodity ouro no cenário internacional e com a conjuntura interna mais favorável economicamente e segura politicamente para investimentos externos, pode-se observar, a partir da segunda metade da década de 2000, um processo de expansão do capital industrial minerador sobre a fronteira do ouro da Amazônia brasileira, assim, projetos de grande e médio porte começam a ser planejados e executados, principalmente nas tradicionais zonas garimpeiras, que se encontravam com baixa atividade extrativa e de quantitativo de garimpeiros.

5 CONCLUSÕES

Este estudo permitiu aprofundar as observações em relação ao padrão do comércio exterior dos diversos setores do estado do Amapá. A visão integral dos resultados apresentados neste trabalho permite destacar as peculiaridades estaduais da competitividade do Amapá no comércio exterior, mostrando que apenas 3 setores são competitivos no comércio internacional do estado do Amapá: setor de madeira, de minerais e o de minerais não metais/metals preciosos. Os resultados do IVCRS, que apontaram a competitividade de tais setores, devem a um desenvolvimento econômico recente do estado, que até bem pouco tempo esteve isolado economicamente, principalmente pelo isolamento geográfico, devido ao sistema viário pouco desenvolvido, que acabou restringindo o potencial de expansão econômica do estado. Quanto ao índice de Comércio Intraindústria (CII), os resultados alcançados apontaram que tal forma de comércio ainda não está sendo plenamente utilizada por nenhum setor amapaense.

Com tais resultados, levando em consideração que o Índice de Comércio Intraindústria (CII) apresentou padrão interindustrial e que o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas (IVCRS) apresentou resultados apenas para os setores de madeira, de minerais e de minerais não metais/metals preciosos, o estado do Amapá demonstra um padrão de exportação baseado, prioritariamente, em produtos intensivos em recursos naturais, típicos de uma região primário-exportadora. Tais setores são pouco capazes de gerar vantagens comparativas dinâmicas, ou seja, baseados em inovações tecnológicas, como são encontradas nos padrões internacionais de comércio dos países desenvolvidos.

Quanto ao Índice de Concentração Setorial (ICS), o estado do Amapá apresenta uma pauta de exportações concentrada em poucos setores, com média do indicador de 0,73 ao longo do período analisado, refletindo o IVCRS, visto que apenas 3 dos 14 setores apresentaram vantagens comparativas, sendo estes apenas 21,43% dos setores da pauta exportadora, e, além disso, o CII também indica que 100% dos setores apresentam comércio predominantemente baseado em vantagens comparativas, ou seja, interindustrial. Ainda, em relação à Taxa de Cobertura (TC) das importações, esta revela que, ao longo de todo o período, os setores com maiores taxas de cobertura foram os de alimentos, fumo e bebidas, madeira,

minerais e minerais não metais/metals preciosos. De modo geral, os resultados encontrados vão ao encontro da teoria das vantagens comparativas, demonstrando que o estado é mais produtivo em alguns setores e vem se beneficiando a partir da especialização em tais setores, garantindo destaque produtivo e estabelecendo relações comerciais.

Em relação aos parceiros comerciais, o Reino Unido se apresenta como principal país importador, cenário diferente do observado em 1999, em que o Japão era o maior comprador de produtos do Amapá. No que tange ao padrão setorial das exportações, observa-se que poucas mudanças ocorreram na inserção setorial externa, na qual os produtos semimanufaturados tiveram a maior participação na grande maioria do período em relação às exportações por fator agregado.

Entre as limitações do trabalho, está o fato de os índices utilizados serem estáticos, ou seja, permitem a análise em períodos de tempos específicos, não compreendendo diversas alterações de políticas macroeconômicas. Neste sentido, fazem-se pertinentes análises com acuidade, utilizando modelos de competitividade mais robustos.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR – ALICEWEB. **Consultas**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

AMORIM, R.; MARQUES, I. C. da R. Dependência e desenvolvimento socioespacial na Amazônia: o caso do manganês no Amapá. **Cadernos CEPEC**, v. 5, n. 6, 2016.

ARRUDA, E. F.; BASTOS, F. de S.; GUIMARÃES, D. B.; IRFFI, G. Efeitos Assimétricos da Abertura Comercial Sobre o Nível de Renda dos Estados Brasileiros. **Economia**, Brasília(DF), v.14, n.1B, p.497–519, mai/ago 2013.

BARBOSA, A. E.; MORAIS, I. A. C. de; BARCELLOS NETO, P. C. F. de. Desigualdade e concentração na pauta de exportações dos estados brasileiros. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 5-27, jan./jul. 2005.

BATISTA, J. C. Livre Comércio de Produtos Manufaturados entre o Brasil e a União Européia, p. 101-152. In: Tironi, L. F. (org.) (2002). **Aspectos Estratégicos da Política Comercial Brasileira**. Brasília, IPRI/IPEA, 2 v. (Coleção Economia e Diplomacia), 2002.

BENDER, S.; LI, K-H. The Changing Trade and Revealed Comparative Advantages of Asian and Latin American Manufacture Exports. **Yale University**, Economic Growth Center, 26 p., 2002.

CAVALCANTE, A. L.; OLIVEIRA, T. M. de; MAIA, A. C. L. Análise do Grau de Abertura, do Esforço Exportador e da Dependência das Importações do Brasil: Uma Análise Comparativa por Regiões e Estados entre os anos de 2007 e 2015. **Texto para Discussão**, IPECE, nº 123, nov., 2017.

CHAHAD, J. P. Z.; COMUNE, A. E.; HADDAD, E. A. Interdependência espacial das exportações brasileiras: repercussões sobre o mercado de trabalho. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 34, n. 1, 2004.

DÍAZ MORA, C. El Impacto Comercial de la Integración Económica Europea. Período 1985- 1996. Madrid, **Consejo Económico y Social**, 314 p. (Colección Estudios, 114), 2001.

ESCRIBANO FRANCÉS, G. Integración y relaciones exteriores: la experiencia española. **Rev. Comercio Exterior, Banco Nacional de Comercio Exterior**, México, v. 50, n. 8, ago 2000, p. 734-44. Glejser & outros (1979), 2000.

FEISTEL, P. R. Modelo Gravitacional: um teste para economia do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Administração**, v. 1, p. 94-107. 2008.

GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. Trinta e Cinco Anos de Crescimento Econômico na Amazônia (1960/1995). **Texto para discussão** nº 533. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Brasília - IPEA, Brasília, 1997.

GRUBEL, H.; LLOYD, P. **Intra-Industry Trade: the theory and the measurement of international trade in differentiated products**. London: Macmillan, 1975.

GUTMAN, G.E.; MIOTTI, L.E. **Exportaciones agroindustriales de América Latina y el Caribe: especialización, competitividad y oportunidades comerciales en los mercados de la OCDE**. Nações Unidas: CEPAL, 1996.

HIDALGO, A. B. Especialização e competitividade do Nordeste brasileiro no mercado internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: BNE, v. 29, p. 491- 414, jul./set. 1998.

HIDALGO, A. B.; DA MATA, D. F. P. G. Exportações do Estado de Pernambuco: concentração, mudança na estrutura e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, n. 2, p. 264-283, abr./jun. 2004.

ILHA, A. S.; DORNELLES, J. P.; WEGNER, R. C. Padrão de Comércio Internacional e Competitividade: Análise do Intercâmbio Comercial Industrial do Rio Grande do Sul (1996-2006). **Revista Economia e Desenvolvimento**. Santa Maria, n. 21, p. 45-61, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Perfil dos Estados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, vol. 31, n. 1 (121), p. 118-138, jan.-mar. 2011.

- LOBEJÓN HERRERO. **El Comercio Internacional**. Madrid, AKAL, 164 p., 2001.
- MAIA, S. F. Transformações na estrutura produtiva do estado do Paraná na década de 90: análise por vantagem comparativa. In: MAIA, S. F.; MEDEIROS, N. H. (Org.). **Transformações Recentes da Economia Paranaense**. Recife: Editora Universitária, v. 1, p. 65-88, 2005.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. **Balança Comercial**. 2017a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao>>. Acesso em 08: fev. 2017.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Séries Históricas**. 2017b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 08 fev. 2017.
- LAURSEN, K. **Revealed comparative advantage as measures of international specialisation**. Copenhagen: DRUID: Departamento f Industrial Economics and Strategy, 1998.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Dados por Unidade Federativa**. 2017c. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/balanca/comex-vis/uf/output/html/ap.html> >. Acesso em: 09 dez. 2017.
- NEGRÃO, L. L. L.; SOUZA, P. H. L. Avaliação econômico-financeira de uma microindústria de cosméticos no estado do Amapá. **Traços**, Belém, v. 11, n. 24, p. 33-46, dez. 2009.
- OLIVEIRA, M. M. **El Comercio Agrícola de la Unión Europea y sus Condiciones Estructurales**. Tesis Doctoral. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 361 p.
- PAGANINI, C. C.; FRAGA, G. J. Padrão de especialização do comércio internacional do Paraná no período 2001-2011. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, v. 35, n. 127, p. 135-154, 2014.
- PORTAL BRASILEIRO DE COMÉRCIO EXTERIOR – COMEX. **Balança comercial**. 2017. Disponível em: <<https://www.comexdobrasil.com/exportacoes-voltam-a-crescer-e-estado-do-amapa-fecha-2016-com-superavit-de-us-240-milhoes/>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. 2002. 216 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.
- ROSSI JÚNIOR, J. L.; FERREIRA, P. C. Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-36, abr. 1999.
- SILVA, G. de V.; GOUVÊA, I. A. M. Relações internacionais na fronteira franco-brasileira. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 1-13, 2012.
- SILVA, G. de V.; PORTO, J. L. R. O comércio internacional do estado do Amapá: condições, construções e adaptações. **Boletim gaúcho de geografia**, Associação dos geógrafos brasileiros, n. 30, 2006.
- SILVA, J. L. M. da; MONTALVÁN, D. B. V. Exportações do Rio Grande do Norte: estrutura, vantagens comparativas e comércio intra-industrial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 547-568, 2008.
- SILVA, O. F. da; CUNHA, L. Sistema viário e dinâmicas produtivas pioneiras na porção leste da Amazônica setentrional brasileira. **Cadernos de Geografia**, Universidade de Coimbra, n. 35, 2016.
- SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Integração internacional e políticas públicas de defesa e segurança na fronteira setentrional amazônica: reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. **Revista Intellector**, v. 11, n. 22, p. 129-147, 2015.
- TREVISAN, L. V.; FRANCK, A. G. S.; SILVA, R. A. da; CORONEL, D. A. Padrão de especialização do comércio internacional da Paraíba (1999-2016). **Revista de Administração da UEG (RAUEG)**, v. 8, n. 1, p. 9-32, 2017.
- VIANA, V.; VIANA, C.; EULER, A.; GRIEG-GRAN, M.; BASS, S. Economia Verde no Estado do Amapá, Brasil: avanços e perspectivas. **IIED Relatório País**, Londres, IIED, 2014.
- WANDERLEY, L. J. de MORAES. **Geografia do ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional**. 2015. 315 f. Tese (Doutorado em Ciências – Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.
- XAVIER, C. L.; SILVA, K. A. O. da. Padrão de especialização e competitividade das exportações de Minas Gerais no período 1995-2004. **Revista econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 563-582, 2007.

